



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS**

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do resultado do período

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Associados da
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas** (“Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser no caso de dissolução, extinção ou cessação de suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.



QUADRO 1**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em R\$1)**

| Ativo | Notas explicativas | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.833.150 | 2.730.523 |
| Contas a receber | 4 | 513.574 | 519.152 |
| Outros créditos | | 8.006 | 9.203 |
| Total do ativo circulante | | 3.354.730 | 3.258.878 |
| Não circulante | | | |
| Imobilizado Líquido | 5 | 3.107.221 | 3.171.522 |
| Intangível | | 10.530 | 20.850 |
| Total do ativo não circulante | | 3.117.751 | 3.192.372 |
| Compensação ativa | | | |
| Projeto Pronas II Equipamentos | | 145.206 | 145.206 |
| Projeto Pronas III Equipamentos | | 3.268 | - |
| Total Compensação Ativo | | 148.474 | 145.206 |
| Total do ativo | | 6.620.955 | 6.596.456 |

QUADRO 1 (Página 2)

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em R\$1)

| | <u>Notas explicativas</u> | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-------------------------------|------------------|------------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | | 92.049 | 128.485 |
| Obrigações sociais | 6 | 376.083 | 341.035 |
| Empréstimos e financiamentos | 7 | 240.477 | 197.963 |
| Outras obrigações | | - | 582 |
| Subvenções/Projetos/Convenios a realizar | 8 | 1.646.204 | 1.820.697 |
| Total do passivo circulante | | 2.354.813 | 2.488.762 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 7 | - | 228.265 |
| Total do passivo não circulante | | - | 228.265 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Patrimônio social | | 4.117.668 | 3.734.223 |
| Total do patrimonio social | | 4.117.668 | 3.734.223 |
| Compensação Passivo | | | |
| Projetos Pronas II | | 145.206 | 145.206 |
| Projetos Pronas III | | 3.268 | - |
| Total Compensação Passiva | | 148.474 | 145.206 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 6.620.955 | 6.596.456 |

QUADRO 2**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT (DÉFICT) DO EXERCÍCIO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****(Em R\$1)**

| | Notas explicativas | 2018 | 2017 |
|---|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| Receita Operacional | | | |
| De convênios/programas/projetos Sociais | 10 | 3.650.346 | 3.159.070 |
| Promoções e eventos | | 161.191 | 154.801 |
| Socios/contribuições/doações | | 507.023 | 566.499 |
| Educaçãoais | | 511 | 268 |
| Extraordinárias | | 1.025.528 | 956.324 |
| Isenções usufruídas (INSS) | 11 | 703.292 | 667.565 |
| Trabalho Voluntario | | 271.416 | 246.384 |
| Conselho Regional | | 207 | 13.134 |
| | | 6.319.513 | 5.764.045 |
| Despesas Operacionais | | | |
| Despesas administrativas | | (514.503) | (435.446) |
| Despesas com pessoal | 13 | (2.984.392) | (2.883.728) |
| Contribuições (INSS) | | (703.292) | (667.565) |
| Despesa com consumo | | (1.206.231) | (1.196.227) |
| Despesa de manutenção | | (229.167) | (172.790) |
| Trabalho Voluntario | | (271.416) | (246.384) |
| Conselho Regional | | (3.725) | (17.692) |
| | | (5.912.726) | (5.619.832) |
| FINANCEIRAS | | 406.787 | 144.213 |
| Receitas financeiras | | 53.073 | 80.257 |
| Despesas financeiras | | (76.414) | (112.320) |
| SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 383.446 | 112.150 |

QUADRO 4**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em R\$1)**

| | Patrimônio Social | Superávit Acumulado | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|-------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | <u>3.219.667</u> | <u>428.284</u> | <u>3.647.951</u> |
| Ajuste conta Patrimonio Social | (25.879) | - | (25.879) |
| Superávit do exercício | - | 112.150 | 112.150 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>3.193.788</u> | <u>540.434</u> | <u>3.734.222</u> |
| Superávit do exercício | - | 383.446 | 383.446 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>3.193.788</u> | <u>923.880</u> | <u>4.117.668</u> |

QUADRO 5**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****(Em R\$1)**

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|------------------|------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Superávit do exercício | 383.446 | 112.150 |
| Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciação a amortização | 120.618 | 112.589 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 68.515 | 102.623 |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos | (67.806) | (101.955) |
| Baixas de bens do imobilizado | 1.108 | 24.324 |
| Doações recebidas de bens do ativo imobilizado | (2.650) | (802) |
| Resultado ajustado | 503.231 | 248.929 |
| (Aumento) Redução nos ativos operacionais | | |
| Contas a receber | 5.578 | (28.261) |
| Outros créditos | 1.197 | 177 |
| Aumento (Redução) nos passivos operacionais | | |
| Fornecedores | (36.436) | 30.619 |
| Obrigações Sociais | 35.048 | 171.051 |
| Outras Obrigações | (582) | (6.170) |
| Subvenções/Projetos/Convenios a realizar | (174.493) | 832.431 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 333.543 | 1.248.776 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (44.455) | (49.659) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (44.455) | (49.659) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (186.461) | (254.620) |
| Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento | (186.461) | (254.620) |
| AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 102.627 | 944.497 |
| Demonstração da variação | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 2.730.523 | 1.786.026 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 2.833.150 | 2.730.523 |
| Aumento | 102.627 | 944.497 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas (APAE de Pará de Minas), fundada em 26 de março de 1969, é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de Pará de Minas, estado de Minas Gerais. Tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo regulamentadas pela Lei nº 6.404/76 e em especial a ITG 2002, destinada a Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 28 de março de 2019.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no princípio contábil da competência.

c) Contas a Receber

São registradas e mantidas pelo valor dos serviços prestados e faturados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e demais convênios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

Ganhos e perdas na alienação e/ou baixa de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e/ou baixa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2018.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e) Provisão para Férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

f) Doações e Subvenções

As doações e subvenções para custeio são contabilizadas em conta de receita.

g) Empréstimos e Financiamentos

São acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

O saldo está assim representado:

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Caixa | 1.640 | 2.292 |
| Depósitos bancários à vista | 27.574 | 479 |
| Aplicações financeiras | 2.803.936 | 2.727.698 |
| Poupança | - | 54 |
| Total | <u>2.833.150</u> | <u>2.730.523</u> |

4. CONTAS A RECEBER

O saldo é assim representado:

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| SUS | 236.500 | 176.500 |
| Prefeitura Municipal de São José da Varginha | 55.180 | 55.180 |
| FNAS / FMAS | 77.636 | 77.636 |
| Prefeitura Municipal de Onça do Pitangui | 740 | 740 |
| Pref Municipal de Igaratinga | 14.800 | 11.840 |
| Pref Municipal de Pará de Minas | - | 20.000 |
| Outros Valores | 30.000 | 14.000 |
| Oficina Ortopédica Teto Mac | 74.357 | 90.990 |
| Oficina Ortopédica Teto FAEC | 79.541 | 127.446 |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa | (55.180) | (55.180) |
| Total | <u>513.574</u> | <u>519.152</u> |

5. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, composto da seguinte forma:

| <u>Composição</u> | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Veículos | 364.693 | 364.693 |
| Móveis e utensílios | 322.398 | 315.325 |
| Máquinas e equipamentos | 258.506 | 245.327 |
| Computadores periféricos e similares | 146.445 | 125.702 |
| Acervo bibliotecário | 8.131 | 8.131 |
| Bens imóveis | 3.545.140 | 3.545.141 |
| Total do custo reavaliado | <u>4.645.313</u> | <u>4.604.319</u> |
| Depreciações acumuladas | (1.538.092) | (1.432.797) |
| Saldo Imobilizado liquido | <u>3.107.221</u> | <u>3.171.522</u> |

A movimentação do ativo imobilizado no ano de 2018 e 2017 pode ser assim demonstrada:

| | <u>Custo</u> | <u>Depreciação</u> | <u>Líquido</u> |
|--|------------------|--------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 4.595.336 | (1.337.360) | 3.257.976 |
| Aquisições | 50.461 | - | 50.461 |
| Depreciação /Amortização | - | (112.589) | (112.589) |
| Baixas | (41.478) | | (41.478) |
| Baixas por venda | | 17.152 | 17.152 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 4.604.319 | (1.432.797) | 3.171.522 |
| Aquisições | 47.105 | - | 47.105 |
| Depreciação /Amortização | - | (110.298) | (110.298) |
| Baixas | (6.111) | | (6.111) |
| Baixas por venda | | 5.003 | 5.003 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 4.645.313 | 1.538.092 | 3.107.221 |

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

O saldo está assim representado:

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Salários a pagar | 166.162 | 158.164 |
| Provisão férias | 159.748 | 133.565 |
| INSS a recolher | 15.167 | 17.662 |
| FGTS a recolher | 20.524 | 18.914 |
| PIS a recolher | 3.995 | 3.778 |
| Outros valores | 10.487 | 8.952 |
| Total | 376.083 | 341.035 |

7. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Em 31 de dezembro, este subgrupo está assim subdividido:

| | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Curto prazo | | |
| Caixa Econômica Federal | 228.266 | 186.461 |
| Tutor/Casa lar | 12.211 | 11.502 |
| | 240.477 | 197.963 |
| Longo prazo | | |
| Caixa Econômica Federal | - | 228.265 |
| | - | 228.265 |
| | 240.477 | 426.229 |

Cronograma de Pagamento da Dívida de Longo Prazo

O saldo da conta de empréstimos e financiamentos existente em 31 de dezembro de 2018, vencerá no decorrer do exercício de 2019.

Os empréstimos tiveram as seguintes destinações:

(a) Empréstimos junto à Caixa Econômica Federal

Atualmente, a APAE de Pará de Minas emprega 100 pessoas, apresentando uma folha de pagamento equivalente a R\$ 220.000,00/média mês. Os salários são reajustados anualmente, conforme índice definido em convenção coletiva de trabalho.

Os repasses financeiros dos governos federal, estadual e municipal que compõem as receitas são realizados em 12 parcelas, tendo a APAE que complementar recursos para pagamento do 13º salário, um terço de férias e no caso de rescisão trabalhista.

Os valores dos convênios da APAE estão sem reajuste há vários anos, porém as despesas com pessoal (devido ao aumento salarial anual), tributos (água, luz, telefone, internet) e manutenção da estrutura física são reajustados anualmente.

Atualmente a APAE administra um déficit mensal de R\$ 30.000,00 em média. Além disso, ainda temos o agravante que, se ao iniciar o exercício social existir a necessidade de renovação de convênios estabelecidos com os órgãos públicos, este processo de renovação acarreta atrasos nos repasses dos primeiros meses. Para equilibrar o caixa da Entidade, a Administração optou por contrair empréstimo consignado ao SUS.

(b) Tutor/ Casa Lar – Contrato de Mútuo

Empréstimo obtido para capital de giro, contratado a taxa de poupança, sem prazo de vencimento.

8. SUBVENÇÕES/PROJETOS/CONVENIOS A REALIZAR

Esta conta está representada por recursos captadas pela Entidade, provenientes de projetos aprovados pelo Ministério da Saúde no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), conforme regras definidas pela Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, do Ministério da Saúde e outros.

O prazo de execução do projeto e demais condições seguem o conteúdo estabelecido no Termo de Compromisso firmado entre a APAE de Pará de Minas e o Ministério da Saúde.

As despesas e receitas do projeto são apropriadas mensalmente no resultado, em montantes equivalentes, obedecendo o regime de competência e as contas estão segregadas por projeto.

A APAE de Pará de Minas presta contas anualmente ao Ministério da Saúde sobre a realização dos projetos, conforme previsto pela Portaria nº 1.550.

No final de 2017 o Ministério da Saúde autorizou a captação de mais um projeto pelo PRONAS, denominado **“Projeto Música em Movimento - Assistência em Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência na Apae Pará de Minas”**, tendo como finalidade implantar um novo serviço de assistência em habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência na APAE de Pará de Minas, beneficiando assim 30 pessoas com atividades de reabilitação por meio da música. A Entidade foi autorizada a captar R\$ 358.892,04, mas o valor arrecadado foi de R\$ 780.752,00 sendo necessário a Entidade solicitar a Ministério da Saúde um pedido de readequação do projeto, finalizando em R\$ 430.670,45. Esse projeto tem prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses e foi iniciado em setembro de 2018.

Em 31 de dezembro o saldo dessa conta está assim representado:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Projeto Pronas Habilit e Reab CER II | 24.712 | 24.712 |
| ¹ (-) Projeto Pronas Habilit e Reab CER II | (24.712) | (24.712) |
| Projeto Pronas Inov Tecnológica CER II | 774.196 | 761.044 |
| ¹ (-) Projeto Pronas Inov Tecnológica CER II | (584.518) | (403.985) |
| Oficina Ortopédica Teto MAC | 120.036 | 140.260 |
| Oficina Ortopédica Teto FAEC | 293.539 | 205.043 |
| Incremento MAC | 286.783 | 317.584 |
| Projeto Pronas Música em Movimento | 797.475 | 780.752 |
| ¹ (-) Projeto Pronas Música em Movimento | (41.307) | - |
| Total | 1.646.204 | 1.800.697 |

¹ Conta redutora que tem por finalidade demonstrar a apropriação da receita.

9. ATENDIMENTO COMUNITÁRIO E FILANTROPIA

A APAE tem como atividade preponderante a área de Assistência Social, presta serviços e realiza ações socioassistenciais de forma inteiramente gratuita, contínua e planejada para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação e sem a contraprestação dos mesmos. Presta serviços de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência e promove sua inclusão à vida comunitária.

A Assistência Social está contida no campo da seguridade social, nos termos do Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07/12/1993, alterada pelas Leis nº 9.711, de 20/11/1998, Lei nº 9.720, de 30/11/1998, Lei 12.101, de 27/11/2009 e Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, alterada pela lei 12.868 de 15/10/2013.

As atividades de assistência social da APAE de Pará de Minas, em síntese, estão em conformidade com a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011 e os serviços tipificados pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sendo:

- I. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias;
- II. Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade Acolhimento Institucional – Casa Lar.

De acordo com o § 4º artigo 35, do Decreto 7.237/10, as entidades beneficentes que prestam serviços de habilitação e reabilitação, poderão firmar ajustes com o poder público para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social. A APAE de Pará de Minas possui convênios com SUS, SMADS, SEDESE, MEC/FNDE/PDDE.

Na área da saúde a APAE oferta a prestação dos seus serviços ao SUS num percentual superior a 60% de sua capacidade de atendimento.

10. RECEITA DE CONVÊNIOS

Os recursos de convênios recebidos durante o exercício estão assim apresentados:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Assistência social | 518.914 | 449.710 |
| Assistência à saúde | 2.625.100 | 2.252.095 |
| Assistência a educação | 287.760 | 266.710 |
| Projetos Sociais | 218.572 | 190.555 |
| Total | 3.650.346 | 3.159.070 |

11. ISENÇÕES USUFRUIDAS

Por ser Entidade Beneficente de Assistência Social, certificada pelo CNAS, a Associação usufruiu das seguintes isenções:

| Descrição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| INSS - Contribuição Previdenciária - Cota Patronal | 703.292 | 667.565 |
| Total | 703.292 | 667.565 |

Atualmente, a Associação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS), com a validade de 01/06/2018 a 31/05/2021, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo processo nº. 71.000.076396/2017-61 portaria 26/2018 item 127 de 29/01/2018, publicado no diário oficial da União seção 31/01/2018.

12. PROFISSIONAIS CEDIDOS

Para realização de suas atividades a Entidade, em 2018, contou com 31 (Trinta) profissionais cedidos, sendo 15 (quinze) profissionais pela Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, 01 (um) pela Secretaria do Estado da Saúde e 16 (dezesesseis) profissionais pela Prefeitura Municipal de Pará de Minas.

13. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal estão assim representadas:

| Descrição | 31/12/2018 | | | | | Total |
|-----------------|--------------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|----------------------|------------------|
| | Assistência Social | Assistência a Saúde | Assistencia a Educação | Pronas Inovação Tecnológica | Pronas Musicoterapia | |
| Salários | 707.920 | 1.249.324 | 136.780 | 101.089 | 12.860 | 2.207.972 |
| 13ª Sálario | 62.511 | 101.147 | 12.358 | 8.939 | 1.367 | 186.322 |
| Férias | 83.887 | 152.471 | 16.478 | 11.919 | 1.822 | 266.577 |
| FGTS | 94.180 | 144.105 | 15.365 | 11.325 | 1.364 | 266.338 |
| Vale Transporte | 6.880 | 1.770 | 332 | 0 | 0 | 8.983 |
| Ajuda de Custo | 10.399 | 3.947 | 0 | 0 | 0 | 14.346 |
| Outras Despesas | 11.424 | 18.528 | 2.311 | 1.422 | 170 | 33.854 |
| Total | 977.200 | 1.671.293 | 183.624 | 134.693 | 17.583 | 2.984.392 |

| Descrição | 31/12/2017 | | | | | Total |
|-----------------|--------------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|--|------------------|
| | Assistência Social | Assistência a Saúde | Assistencia a Educação | Pronas Inovação Tecnológica | | |
| Salários | 675.386 | 1.200.516 | 127.532 | 107.177 | | 2.110.611 |
| 13ª Sálario | 55.810 | 102.779 | 10.596 | 9.268 | | 178.453 |
| Férias | 78.882 | 146.436 | 15.043 | 12.901 | | 253.263 |
| FGTS | 108.391 | 150.230 | 14.077 | 11.634 | | 284.331 |
| Vale Transporte | 7.588 | 2.738 | 1.447 | - | | 11.773 |
| Ajuda de Custo | 9.714 | 1.475 | - | - | | 11.189 |
| Outras Despesas | 10.299 | 20.814 | 1.816 | 1.179 | | 34.108 |
| Total | 946.070 | 1.624.988 | 170.512 | 142.159 | | 2.883.728 |

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação mantém cobertura de seguros de veículos, bem como de incêndio, roubo e danos causados por agentes naturais, dos prédios, considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas com sinistros.

Silvia Lima
Presidente

Contadora
Débora Cristina Meireles
CRC/MG- 108.124

* * * * *